

Um impulso

GAZETA MERCANTIL

seletivo à economia

19 ABR 1993

Brasil

por Claudia Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Eliseu Resende, aceitou uma missão quase heróica. Ele está montando um programa econômico que deverá atender às determinações políticas do presidente da República, Itamar Franco, de colocar um ponto final na recessão e de encontrar recursos para garantir investimentos em programas que aliviem as tensões sociais.

Ao mesmo tempo, esse plano — que será submetido ao presidente e será a base da retomada das conversas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) — procura atender à orientação dos economistas oficiais, de zerar o déficit público operacional nos três níveis: governo federal, estados e municípios e empresas estatais, como o principal instrumento para conter a aceleração inflacionária.

Em conversa com este jornal, na última sexta-feira, o ministro foi, mais uma vez, taxativo: não ha-



Eliseu Resende

verá choque, entendido como reforma monetária acompanhada de congelamento de preços e salários. Nenhuma medida, segundo ele, será tentada na direção do alongamento dos prazos da dívida mobiliária interna. Não haverá nada que quebre relações contratuais nem que rompa abruptamente com a inércia inflacionária.

O caminho da política econômica que ele deverá levar à reunião do dia 24 próximo — isso ainda não está certo — é o de mercado, marcado, também, por uma privatização mais agressiva, que compreenda empresas seja do setor elétrico, como, se o presidente Itamar Franco concordar, a Cia. Vale do Rio Doce e suas subsidiárias. Antes disso, porém, o ministro disse que terá de promover uma política tarifária capaz de recuperar a defasagem do setor elétrico, calculada por técnicos da área econômica em cerca de 50%.

A idéia é promover um impulso seletivo no nível de atividade econômica e, para isso, o ministro da Fazenda conta com os investimentos das empresas estatais e com recursos dos bancos, oficiais. A Caixa

Econômica Federal entraria com US\$ 2 bilhões para financiar a construção de habitações populares, o Banco do Brasil dispõe de US\$ 8,5 bilhões em recursos para o crédito rural e os investimentos das estatais, de mais de US\$ 10 bilhões neste ano, seriam concentrados em obras que têm retorno e absorvem emprego.

No caso do setor elétrico, por exemplo, o ministro disse que escolheria a conclusão de quatro obras prioritárias, deixando os demais gastos adiados. São elas as usinas de Xingó, Samuel, Jorge Lacerda e Cumbá.

Esse trabalho de selecionar as prioridades e postergar o que delas ficar fora será, também, feito no Orçamento Geral da União. Tanto o ministro da Fazenda quanto a ministra do Planejamento, Yeda Crusius, acham que a saída para o enorme déficit do orçamento é concentrar os investimentos nos programas sociais de combate à fome, à seca, à cólera, entre outros, deixando para depois as inúmeras obras colocadas, de modo totalmente pulverizado, pelos parlamentares quando da apreciação do Orçamento no Congresso Nacional.

Conciliar todas as determinações do presidente Itamar Franco com uma política fiscal dura, que segure a alta dos preços, “é o meu grande desafio e é por isso que tenho trabalhado diariamente até a meia-noite”, observou Resende.

O primeiro passo para dar viabilidade a uma política de estabilização, com crescimento econômico, na ótica do ministro da Fazenda, é “vontade

Um impulso...

por Claudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

política”. O programa ainda não está concluído, portanto, ainda não foi aprovado pelo presidente. Ele reconhece que é fácil colocar essas idéias e metas no papel. “Difícil praticá-las”, mas acha que “o presidente Itamar está conciliado comigo nessa linha. Ele só não abre mão de acabar com a recessão e aliviar as tensões sociais”.

O segundo passo é conseguir outra tarefa difícil: “Gerenciar com muita eficiência o programa, frente à definição de prioridades de investimento e custeio e, de outro lado, produzir receitas que cubram essas despesas e ainda gerar um superávit primário para cobrir os juros das dívidas interna e externa”.

Melhorar a qualidade do gasto público através desse “gerenciamento competente”, que o ministro da Fazenda advoga, é uma meta complexa na medida em que “o governo é grande, a máquina é burocratizada e o País é grande”. Por essa razão, ele disse que pretende “descentralizar o que for possível” para as demais unidades da Federação.

Com essa engenharia nova, que pretende compatibilizar uma trajetória decrescente, ainda que desambiciosa, da inflação com o crescimento econômico, o ministro acredita que terá conseguido “estabilizar a economia, politicamente”.

Resende conta, ainda, com um substancial aumento de receitas, mediante o que ele chama de “reduzir as ineficiências nacionais”. Ou seja, há uma evasão de impostos, hoje, que corresponde à proporção de para Cr\$ 1 mil arrecadados o equivalente é sonnegado. Mas essa sonegação só existe porque a máquina fiscalizadora padece, também, de ineficiência. “Se a legislação tributária fosse cumprida na sua plenitude, o nosso programa seria viável”, assinalou. Ele disse que vai atrás do imposto sonnegado, mas não especificou com que instrumental.

Nas contas que está fazendo para zerar o déficit

público (operacional), o ministro não conta com eventuais receitas advindas de um programa de privatização mais agressivo. Defende esse programa e acha que a criação de uma comissão parlamentar de inquérito não vai atrasar a venda de estatais.

Além de privatizar empresas de grande porte, como eventualmente a Vale do Rio Doce ou subsidiárias da Eletrobrás, o ministro da Fazenda pretende vender em bolsa a sobre de ações que a União detém acima do necessário para manter o controle acionário. Neste caso, ele pretende negociar com o Congresso Nacional a revogação de leis específicas que exigem uma participação acionária da União em empresas como Telebrás, Eletrobrás, Petrobrás, em níveis superiores aos da Lei das S.A. Antes disso, no entanto, é necessário recuperar os preços e tarifas do setor elétrico — cuja defasagem anda por volta de 50% — e dos combustíveis, para que as ações não sofram depreciação de preços.

“Produzir uma recuperação tarifária nesse quadro inflacionário é muito delicado”, lembrou. A idéia do governo é promover em seis meses uma atualização dos preços do setor elétrico. Já a dos combustíveis, ainda não há nada acertado.

Resende aponta os índices de inflação da FIPE — que registrou uma variação de 25,4% na primeira quadrimestre de abril — como uma prova de que “as coisas não estão tão turbulentas assim”. Acha que o reaquecimento da demanda, mesmo financiado por um deslocamento de poupança financeira para a compra de ativos reais, não chega a ser um problema grave. “Não fosse a possibilidade de ser inflacionário, seria uma transferência importante de ativos financeiros para a produção”, avaliou.

A base do programa econômico é a lista de quinze pontos que ele citou durante pronunciamento no Senado Federal, poucos dias após ter assumido. “E lá está dito que não farei nada que quebre as relações contratuais”, salientou.

(Continua na página 3)